
DIÁLOGOS ENTRE OS FEMINISMOS E FOUCAULT: GENEALOGIA, SUBJETIVIDADE E TRANSGRESSÃO

Gabriela Simonetti Trevisan

Mestranda em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), integrante da linha de pesquisa Gênero, Subjetividades, Cultura Material e Cartografias e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Email: trevisan.gabriela@gmail.com

DIÁLOGOS ENTRE OS FEMINISMOS E FOUCAULT: GENEALOGIA, SUBJETIVIDADE E TRANSGRESSÃO**DIALOGUES BETWEEN THE FEMINISMS AND FOUCAULT: GENEALOGY, SUBJECTIVITY AND TRANSGRESSION**

Gabriela Simonetti Trevisan

RESUMO

Michel Foucault e suas reflexões influenciaram mudanças teóricas no campo das humanidades desde os anos 1960. Na mesma época, o feminismo também passa a trazer contribuições para formas outras de fazer histórico, em especial a partir da crítica do discurso tradicional e masculino que silenciava minorias sociais, como as mulheres. Além da questão do poder, Foucault se preocupou com as resistências, abordando técnicas de si e práticas de liberdade, o que também chamou atenção de muitas feministas, promovendo diálogos e um pensamento epistemológico foucaultiano e feminista. Nesse sentido, proponho um estudo de algumas teóricas, entre as quais Tânia Navarro Swain, Margareth McLaren, Margareth Rago, Norma Telles e Dianna Taylor. Pretendo analisar brevemente suas interpretações e usos dos conceitos e ideias de Foucault para uma teoria ligada ao feminismo.

PALAVRAS-CHAVE:

Feminismos; Foucault; poder; transgressão

ABSTRACT

Michel Foucault and his reflections influenced theoretical changes in the field of humanities since the 1960s. At the same time, feminism also began to contribute to other ways of making history, especially from the critique of traditional and masculine discourse that silenced social minorities, such as women. In addition to the question of power, Foucault was concerned with resistances, approaching the self-techniques and the practices of freedom, which also attracted the attention of many feminists, promoting dialogues and a Foucaultian and feminist epistemological thought. In this sense, I propose a study of some theorists, among them Tânia Navarro Swain, Margareth McLaren, Margareth Rago, Norma Telles and Dianna Taylor. I intend to briefly review their interpretations and uses of Foucault's concepts and ideas for a theory linked to feminism.

KEY WORDS:

Feminisms; Foucault; power; transgression

INTRODUÇÃO

Michel Foucault foi um filósofo que desafiou certos pressupostos do fazer histórico tradicional entre as décadas de 1960 e 1980. É perceptível que as reflexões desse filósofo – especialmente acerca do poder, das transgressões e da subjetividade – questionam objetos e métodos de uma história tradicional que deixava de lado temas e sujeitos das margens, como os loucos, a prisão e a sexualidade.

Os feminismos e Foucault se encontram no momento em que ambos adentram o espaço acadêmico, trazendo contrapontos aos discursos hegemônicos. Teóricas feministas elaboraram críticas sobre o silenciamento de minorias sociais, em especial das mulheres, e introduziram o debate acerca da normatividade das identidades sexuais femininas e masculinas, que culminariam, nos anos 1980 e 1990, na teorização da categoria de gênero.

Para além do debate sobre poder, muitas feministas também elaboraram análises a partir da liberdade e da transgressão em Foucault, preocupando-se com as linhas de fuga possíveis para as mulheres em um mundo permeado de relações de poder e abordando as formas de subjetivação e as práticas de si. Algumas dessas teóricas contemporâneas podem ser destacadas, como Tania Navarro Swain, Margareth McLaren, Margareth Rago, Norma Telles e Dianna Taylor, entre muitas mais.

O presente trabalho, portanto, possui o objetivo de fazer um estudo acerca de alguns diálogos entre noções de Michel Foucault e essas teóricas feministas. Nesse sentido, proponho três eixos de discussão: a história genealógica, a subjetividade e as transgressões, buscando me aprofundar, em especial, na crítica foucaultiana e feminista da história, bem como nos conceitos de subjetividade corporificada e contracondutas.

A CRÍTICA FOUCAULTIANA E FEMINISTA DA HISTÓRIA

Para Michel Foucault, são duas as histórias possíveis de serem feitas: a “história dos historiadores” e a “história genealógica”. A primeira, já criticada por Nietzsche, remete a um fazer histórico ironicamente supra-histórico, isto é, com pretensão totalizante e de tradição teleológica, que busca origens e verdades. Foucault até mesmo coloca esse tipo de história como demagoga: assim como o demagogo busca essências, a negação de seu corpo e a

atemporalidade, esse historiador lança mão da objetividade, do aniquilamento da individualidade e de um passado fixo, imóvel (FOUCAULT, 1979: p. 9).

A história genealógica, por outro lado, escapa à metafísica e não pretende se apoiar sobre absolutos. Ao contrário da história dos historiadores, que busca uma continuidade idealizada, a genealogia destaca a singularidade, o acontecimento, ou seja, uma confluência das relações de força que ocasiona algum tipo de mudança, de descontinuidade. Isso significa que não há um destino previamente estabelecido, mas que diversos fatores podem transformar um acaso em algum tipo de potência.

Outra importante característica da história genealógica – ou “efetiva”, como chama Foucault – é sua preocupação com o que está próximo, como o corpo, e não com o que está longe, afastado. Trata-se de um “olhar médico”, que se envolve e diagnostica. Também é importante pontuar que esse fazer histórico genealógico não se pretende neutro, mas, pelo contrário, é um saber que pontua suas perspectivas, que não apaga o lugar de onde vem.

A história genealógica tem, portanto, o olhar voltado para as descontinuidades e as margens, busca dissociar e desnaturalizar, quebrar a unidade do ser humano, destacar o posicionamento de seus discursos, fugir do supra-histórico, do totalizante. “A história será efetiva na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser”, Foucault comenta (FOUCAULT, 1979: p. 7). Não é por acaso que, segundo o filósofo, a genealogia é cinza. Ela é trabalhosa, meticulosa e desafia uma série de pressupostos tradicionais. Foucault salienta que a genealogia – conceito já tratado por Nietzsche – é um modo de pensar e um método de pesquisa que deixa de lado uma origem essencializante e parte das ideias de proveniência e de emergência: marcar os desvios, a fragmentação, a ação do acaso e a irrupção de um acontecimento no jogo de forças. O saber, enfim, seria feito para cortar, não para compreender (FOUCAULT, 1979: p. 7).

De acordo com Margareth Rago, há uma crise dos modos de pensamento marxistas na modernidade, com a qual Foucault dialoga desde os anos 1960. Incômodo, esse filósofo colocou novas questões aos historiadores, afirmando que “tudo é histórico”, e propôs um grande desafio à metafísica, à ideia de essência do ser e ao que era considerado natural, como o sexo. Dessa forma, “os objetos históricos assim como os sujeitos emergiam aqui como efeitos das construções discursivas” (RAGO, 1995: p. 71), ou seja, parte-se da ideia de que os paradigmas da sociedade são instituídos cultural e historicamente, assim como o próprio discurso histórico.

Se a própria história não é um saber natural, isso também significa que não existem verdades e leis rígidas que desvelem os fatos, mas sim tramas de discursos que tornam históricos certos acontecimentos a partir das escolhas dos próprios historiadores e da cultura de sua época. Nesse sentido, na análise genealógica, “a história será, então, pensada como um campo de relações de força, do qual o historiador tentará apreender o diagrama, percebendo como se constituem jogos de poder” (RAGO, 1995: p. 77).

É a partir dessas considerações que teóricas feministas pontuam o androcentrismo das narrativas históricas, como Tania Navarro Swain. A pretensão de uma história total e neutra se mostra ao lado do discurso dos favorecidos pelos jogos de poder, e, portanto, masculina, branca, heterocentrada e ocidental. É uma história, que, como pontua Swain, silencia as mulheres e seus vestígios. A narrativa androcêntrica gira em torno do sexo, das guerras, das dominações, reduzindo as mulheres à maternidade e à passividade (SWAIN, 2014). Todavia, se a história não é mais pensada como uma verdade, seguindo a crítica de Foucault, outras narrativas podem existir. É a “história do possível” que propõe Swain: uma história do que foi oculto pelo patriarcado. Em suas palavras:

“A história do possível é aquela que busca o desconhecido nos milênios de existência humana, e a multiplicidade é premissa básica. O tempo é a matéria da história e sua característica principal é o dinamismo. As questões de Foucault aqui tem toda sua pertinência: do que estou falando, para quem, de que lugar. Ou seja, a pesquisa histórica está viciada desde seus pressupostos, pois deixa de lado a metade da humanidade e fala dos homens, para os homens, sobre os homens” (SWAIN, 2014: s. n.).

Swain chama atenção para o sistemático silêncio dos historiadores em relação às realizações femininas, ainda que permaneçam vestígios. Ela também pontua que as significações de “mulher” e “homem”, construções culturais, podem ser desmanteladas ao partirmos de histórias outras. O feminismo se preocupa com essa questão, em diálogo com as análises de Foucault: trata-se de desnaturalizar, de desterritorializar aquilo até então posto como discurso de verdade, no caso, a narrativa masculina.

A história feminista também traz o corpo para a história, pensando-o como espaço de apreensão do mundo construído historicamente. Desvela-se o normativo e dá-se lugar ao diverso, a uma historiografia que não tem por centro o sexo, mas experiências outras, nas quais as mulheres não são meramente reprodutoras. Como pontua Swain, “são as feministas que começaram a revelar a presença ativa das mulheres, sujeitos políticos em todas as épocas

e a questionar a construção cultural dos papéis históricos femininos e masculinos” (SWAIN, 2014: s.n.).

A abordagem de uma história feminista traz à tona uma série de temas, eventos e personagens históricos invisibilizados até então. Um exemplo é o campo da literatura, no qual as pesquisas sobre a escrita de autoria feminina puderam refletir acerca do imaginário das mulheres e das suas perspectivas outras diante do mundo. Nesse sentido, Norma Telles (2012) destaca que, além do silenciamento das existências de inúmeras autoras, o cânone literário e a própria linguagem eram e ainda são excludentes. Destacando as literatas entre o século XIX e início do XX, ela comenta que, a partir da revisão historiográfica promovida pelo feminismo após os anos 1960, abriu-se o campo de estudos das escritoras e da tradição literária feminina.

Telles comenta que não se trata de novamente essencializar as mulheres e buscar atitudes inatas que caracterizem uma escrita feminina, mas pensar como as condições históricas e culturais de certa forma permearam suas criações literárias, uma vez que, para escrever livremente, como já pontuava Virginia Woolf nos anos 1920, as mulheres precisavam de certa autonomia, situação muitas vezes rara entre elas (WOOLF, 1985). Segundo Telles, as escritoras se deparavam com as “imagens-máscaras” dos saberes masculinos, que as aprisionavam fora do campo da criação. Foi o que também Woolf pontuou ao alegar que as mulheres estavam dentro das bibliotecas como objetos de estudo, mas não como literatas: é que os homens as diminuíam, para, então, se verem maiores do que realmente eram.

Consideradas “menores”, as autoras que se davam ao desafio de publicar tinham suas obras rotuladas como “livros de mulher”. É com essa realidade que elas deviam lidar ao adentrarem o campo da literatura, necessitando quebrar barreiras de identidades fixas institucionalizadas por médicos, juristas e cientistas da época. Como observa Telles:

Interdição à fala, interdição à escrita. Como mulheres, as escritoras receberam uma educação que lhes vedava importantes setores da linguagem e da erudição. Educadas como meninas, para papéis específicos no lar, com condutas amorosas delimitadas, era-lhes negada uma educação superior, o emprego e a carreira. Este é o material que as escritoras terão de elaborar, terão que transformar em texto através de estratégias singulares para contornar os impedimentos. Como “mataram o anjo-monstro”? Como se tornaram escritoras? (TELLES, 2012: p. 63).

A história genealógica e a teoria feminista, portanto, dialogam de modo a criticar a pretensão totalizante e neutra de uma narrativa histórica masculina que deixa de lado as histórias outras e as discontinuidades, como as ações das mulheres. Aproximando-me das

palavras de Telles, chamo atenção para o esforço das pesquisadoras feministas de trazerem à tona personagens muitas vezes silenciadas, como as escritoras brasileiras, destacando sua potência transgressora e sua crítica da normatividade, propondo, então, um fazer histórico genealógico.

SUBJETIVIDADE CORPORIFICADA

A ideia de sujeito em Foucault dialoga diretamente com o feminismo, como defende Margareth McLaren (2016), uma vez que o filósofo desconstrói noções tradicionais e excludentes. Nesse sentido, destaco especialmente três pontos da análise desse filósofo: a desconstrução do sujeito universal, a noção do sujeito como produto e veículo das relações de poder e, por fim, a subjetividade corporificada.

Acerca do primeiro ponto, Foucault é muito incisivo em tratar de uma “morte do homem”, isto é, ele “desafia concepções predominantes de subjetividade como unificada, transcendental e sintetizadora, referentes respectivamente a Descartes, Kant e Hegel” (McLAREN, 2016: p. 80). Portanto, o filósofo rejeita a ideia de uma separação entre consciência transcendental e corpo material, como imbricada na frase “penso, logo existo”, pressuposto do sujeito cartesiano. Ao contrário, ele argumenta em favor de um sujeito histórico e múltiplo, que não possui uma essência, e pontua também a historicidade dessa divisão dualista entre mente e corpo. Dessa forma, Foucault foge à tentativa de estabelecer uma teoria do sujeito, já que é parte de sua crítica que uma única análise não contemplaria a pluralidade das vidas humanas.

Segundo McLaren, essa desconstrução do sujeito racional universal seria muito proveitosa para o feminismo, uma vez que o mesmo é masculino, isto é, é historicamente excludente em relação às mulheres (McLAREN, 2016: p. 101). Trata-se de uma visão liberal do sujeito que desconsidera as diferenças e multiplicidades, além de ignorar o corpo ou colocá-lo em um patamar inferior.

Se para Foucault, portanto, o sujeito não é total e unificado, ele é, pelo contrário, múltiplo e em constante mudança, sendo efeito e veículo do poder. Para ele, o poder é produtivo e relacional, isto é, está em toda parte através da multiplicidade de relações de força, penetrando o corpo social e produzindo discursos, sujeitos, dispositivos, práticas. Essa noção dialoga com o feminismo, uma vez que vai ao encontro das afirmações desse

movimento, o qual aponta a existência das relações de poder em áreas da vida consideradas privadas, como o lar e a família (McLAREN, 2016: p. 89).

Os sujeitos, portanto, estão em constante diálogo com as relações de poder, tanto sendo produzidos por elas quanto agindo sobre as mesmas, constituindo uma multiplicidade muito maior do que o sujeito fixo e ahistórico da tradição ocidental moderna. Como defende McLaren, a ligação entre poder e sujeito passa por uma multiplicidade de relações:

As relações entre poder, disciplinas, discurso e subjetividade são complexas. Disciplinas produzem sujeitos, discursos produzem sujeitos, sujeitos são consequência do poder. Em troca, disciplinas, discursos e poder são, cada um em si, complexos; o poder é relativo, discursos são polivalentes e disciplinas são multifárias. Sujeitos assim produzidos são igualmente complexos, tanto o que fala, quanto o de quem se fala, ambos dominados e resistentes, ambos restritos e capacitados por várias disciplinas, práticas e instituições (McLAREN, 2016: p. 83).

Vale reforçar que, para Foucault, ainda que o sujeito seja constituído pelas relações de poder, ele também pode resistir a elas, uma vez que elas são móveis. Sem possibilidade de transgressão, existe apenas o estado de dominação, o que torna as relações de poder premissa para as práticas de liberdade. Isso também se dá devido à visão outra de poder colocada pelo filósofo, muito diferente da ideia repressora. Práticas de liberdade, para Foucault, buscam desestabilizar e rearranjar as relações de poder normativas, tanto no campo da subjetividade como no do social, criando outros modos de vida.

Por fim, o ultimo ponto, isto é, a subjetividade corporificada, é uma noção na qual desejo me ater mais delongamente. Como Foucault pontua em *História da Sexualidade: a vontade de saber* (1999), a modernidade é um período marcado pela consolidação de um dispositivo da sexualidade. Por volta dos séculos XVIII e XIX, conformou-se cada vez mais uma rede de saberes e poderes responsável por produzir discursos e práticas que atuam na captura dos corpos, em sua normatização e em sua classificação em categorias de normalidade e anormalidade. É a partir das práticas sexuais, portanto, que os sujeitos são alocados em identidades fixas: o heterossexual, o sodomita, o perverso, o doente, entre outros. Dessa forma, Foucault já aborda algo que debateria em outros diversos momentos: o corpo como histórico e constitutivo do sujeito.

Nessa obra, o filósofo comenta acerca do processo de histerização feminina e as formas específicas pelas quais as mulheres foram atingidas por esse dispositivo da sexualidade e sua normatização do sexo e dos corpos. Segundo ele, instituem-se, nesse momento, dois modelos de feminilidade: o da histeria, a mulher sem autocontrole, e o da Mãe,

com o comportamento abnegado e que conseguiria silenciar a patologia intrínseca a ela mesma (FOUCAULT, 1999: p. 99).

Como já pontuado por Swain, é a partir do corpo – em especial do sexo – que as mulheres são ligadas a uma ideia de inferioridade no discurso masculino (SWAIN, 2014). Fabíola Rohden (2002) também analisa essa questão, tratando da emergência da ginecologia moderna especialmente no século XIX. De acordo com ela, a medicina de então passa a problematizar as mulheres a partir de sua capacidade reprodutiva, o que não ocorre em relação aos homens.

A medicina, portanto, instituía discursos de verdade supostamente científicos que atribuíam a racionalidade aos homens, enquanto as mulheres seriam “dominadas pelas funções sexuais”, ou seja, mais emotivas e ligadas ao corpo (ROHDEN, 2002: p. 19). Isso justificava porque os primeiros seriam naturalmente mais apropriados à vida pública, enquanto as segundas estariam destinadas ao mundo privado, no lugar de mães e esposas. Os homens, portanto, eram o modelo da ciência em uma cultura cartesiana que, como já comentado, valorizava a razão, em detrimento das mulheres, “governadas pela sua fisiologia” (ROHDEN, 2002: p. 118). Elas eram, por sua vez, vistas como serem sem autocontrole, vivendo à mercê de seu corpo e de suas mudanças imprevisíveis. Os homens eram considerados, enfim, os representantes da cultura, ao passo que as mulheres eram símbolo da natureza, que precisava ser domada.

Não por acaso, na literatura de mulheres e na historiografia feminista, o corpo ganha lugar de destaque, uma vez que, associado ao mundo feminino, é silenciado no discurso masculino e na concepção racionalista de sujeito. Para Foucault, sendo os corpos constituintes do sujeito, eles também são tanto ativos como passivos, isto é, são produzidos pelo poder mas também resistem a ele. Além disso, é levando em conta os corpos que o sujeito universal se esfacela, uma vez que, na genealogia, ele introduz o histórico, o cultural, como o filósofo pontua:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 1979: p. 4).

Nesse sentido, a subjetividade é, para Foucault, corporificada. Ele quebra o binarismo entre mente e corpo, torna esta condição para a produção da subjetividade e o

politiza, já que, uma vez que ele também é permeado de relações de poder, é possível que nele se operem práticas de liberdade. O corpo, portanto, está constantemente dialogando com as relações de poder, sendo produzido e também transgredindo. De acordo com Margaret McLaren, não há um corpo ahistórico, um sujeito universal, uma razão transcendente, como o filósofo argumenta ao propor a ideia de subjetividade corporificada. Argumentar contra o destino da biologia, portanto, é um caminho de crítica não só feminista como também foucaultiana (McLAREN, 2016: p. 122).

McLaren também chama atenção para o fato de que as mulheres foram historicamente associadas ao corpo, à natureza, à emotividade, termos contrapostos ao grande valor da razão e da cultura, ligadas ao mundo masculino (McLAREN, 2016: p. 109), como já pontuado. No feminismo, portanto, o corpo é um local de luta política, uma vez que, através dele, diversas foram as capturas e violências sofridas pelas mulheres, como o estupro, os padrões de beleza e a normatização do comportamento e da sexualidade femininas.

Retomando Foucault, McLaren argumenta que, para ele, a transgressão se manifesta dentro e através do corpo individual ou social, especialmente na produção de novas economias dos prazeres, desvencilhando-se do dispositivo da sexualidade e indo além do sexo-desejo (McLAREN, 2016: p. 145). É o que as feministas buscam apontar, isto é, que o corpo pode ser o lugar do possível e não uma prisão identitária, como afirma Swain:

De fato, para as feministas, o corpo das mulheres não é mais uma prisão identitária mas uma superfície de transformações do pensamento e da apreensão do mundo, fora do esquema binário sexuado. Quando se recusa a “natureza” dos seres se lhes confere uma plasticidade “impossível” nas condições de imaginação patriarcais (SWAIN, 2014: s.n.).

Para as mulheres, portanto, a experiência de ser reduzida e aprisionada a uma natureza corporal pode ser ressignificada e trazer outras relações com o corpo a partir da crítica feminista, tornando-o potência para resistências aos discursos normativos. Como pontua McLaren ao tratar de Foucault, o corpo não é apenas um estado físico, mas se constitui intersubjetivamente, é móvel e capaz de contradisciplinas que mobilizam as relações de poder, afinal, é ele que resiste:

O que, além de corpos, pode resistir? É meu corpo que marcha em protestos, meu corpo que vai às eleições, meu corpo que frequenta reuniões, meu corpo que boicota, meu corpo que faz greve, meu corpo que participa em operações tartaruga, meu corpo que se lança em desobediência civil. Corpos individuais são requisito para ação política coletiva. Seja engajando na macropolítica da luta coletiva ou na micropolítica da resistência individual, são os corpos que resistem (McLAREN, 2016: pp. 152-153).

TRANSGRESSÕES

Apesar de boa parte dos estudos acerca dos feminismos e de Foucault se utilizarem da noção de relações de poder e focarem, portanto, na captura dos corpos femininos por discursos patriarcais, há outros campos nos quais esse diálogo também tem ocorrido, em especial o das transgressões, como as ideias de cuidado de si e do outro, contracondutas, heterotopias, entre outras. Esses conceitos são trabalhados por Foucault com o intuito de pensar modos outros de vida, formas de subjetivação, práticas de liberdade e mudanças nos jogos de força. Como pontua Rago,

Ao contrário dos estudos que buscavam privilegiadamente as relações de poder constitutivas da vida social no mundo urbano, recortando o tema da disciplinarização e higienização do mundo industrial, incorporou-se nestes estudos a noção de subjetivação, tentando encontrar as formas através das quais os próprios sujeitos participaram de sua construção enquanto sujeitos morais (RAGO, 1995: p. 79).

Como já tocado acima, a partir de uma espécie de elaboração de si, Foucault propõe formas de transgressão à norma, diferentemente de uma ideia tradicional de emancipação e fim das relações de poder. Segundo Amy Allen (2015), a noção de emancipação, muito característica da teoria crítica, ainda que abalada, permanece bastante arraigada no pensamento contemporâneo sobre liberdade. De acordo com ela, a noção de poder em Foucault, ou seja, como relacional e produtivo, gera conflitos com essa ideia de emancipação, que pressupõe o poder dentro da noção jurídica. A visão que Allen chama de utópico-emancipatória, portanto, gerou interpretações que argumentavam não haver saídas e liberdade no pensamento de Foucault, cuja teoria ela denomina diagnóstico-explicativa (ALLEN, 2015: p. 116).

Pensando que o poder também produz o sujeito e não apenas é aplicado sobre ele, a ideia de uma emancipação total e universal é criticada por Foucault, assim como a ideia de liberação, que pressuporiam uma natureza humana livre e boa que é totalmente capturada pelo poder externo. Ele não descarta totalmente esses termos, uma vez que acredita que certo grau de liberação é necessário para que os sujeitos saiam de estados de dominação e possam transformar o campo móvel das relações de poder. Todavia, de modo geral, Allen destaca que o filósofo prefere termos como práticas de liberdade, experimentação ou contracondutas (ALLEN, 2015: p. 118).

As últimas – as contracondutas – referem-se a revoltas de conduta, isto é, movimentos subjetivos, individuais ou coletivos, que possuem o objetivo de buscar outras condutas, outras formas de ser conduzido, por outros pastores e para diferentes fins, com outros métodos (FOUCAULT, 2008: pp. 256-257). Trata-se, enfim, da busca por outras formas de se conduzir além da normatividade social, ou seja, remete a transgressões que não estão necessariamente no campo da política institucional e do jurídico. Foucault chama a atenção para como as mulheres resistiam à normatividade cristã e da sociedade civil, denominando contracondutas os seus questionamentos acerca do estatuto de inferioridade que lhes era imposto por esses discursos e práticas pastorais (FOUCAULT, 2008: pp. 259-260).

Retomando Amy Allen, ainda que em seu texto ela não abandone a ideia de emancipação e proponha um diálogo entre o utópico-emancipatório e o diagnóstico-explicativo, ela argumenta em favor de repensar a forma como conceituamos liberdade, levando em conta a dimensão de gênero. Propondo algumas críticas, especialmente em relação à forma ocidental, imperialista e teleológica que a noção de emancipação sugere, ela tende a concordar com Foucault e com filósofa feminista Judith Butler, que, segundo ela, possuem

uma visão que não nos remeta a uma forma utópica de vida social além ou fora das relações de poder, mas que, ao contrário, vislumbre a transformação radical do estado de dominação de gênero em relações de poder móveis, reversíveis e instáveis, as quais possam ser vistas também como práticas de liberdade (ALLEN, 2015: p. 123).

Alguns trabalhos se preocupam em tratar dessas práticas de liberdade não utópicas propostas por Foucault, em diálogo com o feminismo. Margareth Rago, por exemplo, em *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013), defende a existência de uma feminização da cultura a partir da crítica feminista e uma “falência dos modos falocêntricos de pensar e agir” (RAGO, 2013: p. 25). Essa feminização não estaria se dando apenas dentro da esfera política estatal, mas também nas subjetividades, como ela pontua:

Pode-se dizer, portanto, que os feminismos criaram modos específicos de existência mais integrados e humanizados, desfazendo as oposições binárias que hierarquizam razão e emoção, público e privado, masculino e feminino, heteressexualidade e homossexualidade. Inventaram eticamente, ao defenderem outros lugares sociais para as mulheres e sua cultura, e operaram no sentido de renovar o imaginário político e cultural de nossa época, principalmente em relação aos feminismos do século XIX e início do século XX (RAGO, 2013: p. 27).

A partir dos relatos de algumas mulheres de renome na militância e na universidade, Rago tenta analisar como elas se constituem como sujeitos feministas, levando em conta suas narrativas de si. Além disso, também busca pensar a resistência contidas nessas autoelaborações, vendo-as como artes da existência, como criação de outros modos de vida que, como pontuado, fogem à racionalidade masculina, aos binarismos e às essencializações.

Rago se compromete, como aponta a partir de Elaine Showalter, com a construção de uma memória coletiva feminista, procurando potencializar os ganhos das mulheres e conhecer seu passado, suas discontinuidades, seus desafios, as escolhas tomadas por elas (RAGO, 2013: p. 42). Ela pontua a importância, portanto, de deslocar as relações de poder normativas para que os discursos outros das mulheres apareçam, como é também o caso das histórias das escritoras brasileiras já comentadas.

Outro exemplo de diálogo entre o feminismo e Foucault sobre a liberdade é o trabalho de Dianna Taylor (2013), que aborda a militância política do grupo Sisterhood, na cidade de Garneau, no Canadá. O feminismo desse grupo, para ela, produz subjetividades anti-normativas, desafiando a misoginia de estuproadores e da polícia local ao lidar com os casos de violência sexual. Organizando intervenções visuais e manifestações coletivas, esse grupo passou a confrontar diretamente as formas institucionais de lidar com o machismo, especialmente suas posturas neoliberais de “privatização e individualização” da violência sexual (TAYLOR, 2013: p. 89). Elas também tiveram importante papel em tirar as mulheres do lugar de objetos, de vítimas que precisavam de tutela paternalista, destacando as diversas relações de poder que normatizam as vidas das mulheres. Nas palavras de Taylor:

In asserting the positive (the survivor) in order to overcome the negative (the victim), such approaches to resistance maintain the harm of sexual violence as central to women’s self-relation, thereby perpetuating the normalizing cycle of self-assertion and self-renunciation (TAYLOR, 2013: p. 94)¹.

Segundo a pesquisadora, a normatividade “simplifica” o mundo ao buscar homogeneizar a multiplicidade. Nesse sentido, ela entende as ações do grupo Sisterhood como uma parrésia, uma coragem da verdade que envolve diversos riscos e abre espaços para sujeitos dinâmicos, não essencializados e, mais do que isso, que não renunciam a si mesmos, mas se “autocultivam” (TAYLOR, 2013: p. 96). É quebrando o ciclo da abnegação e das

¹ Tradução nossa: “Reforçando o positivo (a sobrevivente) de modo a superar o negativo (a vítima), tais abordagens da resistência mantêm o dano da violência sexual como central na relação das mulheres consigo mesmas, perpetuando, assim, o ciclo normatizador da auto-afirmação e da renúncia de si”.

identidades fixas que, para Taylor, grupos feministas como esse trazem mudanças individuais e coletivas.

REFLEXÕES FINAIS

A partir de uma breve exposição dos trabalhos de diversas feministas e de reflexões sobre o pensamento foucaultiano, podemos perceber que são diversas as formas com as quais eles se entrecruzam, tratando não só acerca das relações de poder, mas também destacando as práticas de liberdade. Chamo atenção para como a força do movimento feminista e das ideias de Foucault potencializaram um ao outro na crítica a um pensamento racionalista que pouco dá conta de pensar as multiplicidades das experiências humanas.

É nessa chave de pensamento que busco também entender o cunho marcadamente político de uma epistemologia feminista e foucaultiana: as mulheres, para além de terem sido silenciadas e também produzidas pelo poder, criaram modos de vida outros que cada vez mais emergem e contrariam a renúncia de si. É reforçando a capacidade das mulheres de produzirem-se de outras formas além do normativo que buscamos criticar a naturalização dos corpos femininos e apresentar uma outra narrativa: a potência transgressora das mulheres na história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Amy. “Emancipação sem utopia: sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista”. **Novos estudos**, V.3, nov. 2015. Pp. 115-132. Tradução de Inara Luisa Marin, Felipe Gonçalves Silva e Ingrid Cyfer.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999, 11ª edição. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história” In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Pp.15-37.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Tradução de Eduardo Brandão.

MCLAREN, Margareth. **Foucault, feminismo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

RAGO, Margareth. “O efeito-Foucault na historiografia brasileira”. **Tempo Social**. São Paulo, V. 7, Nº 1-2, out. 1995. Pp. 67-82.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

ROHDEN, Fabíola. “Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX”. **Horizontes Antropológicos** Porto Alegre, 2002, ano 8, nº 17. Pp. 101-125.

SWAIN. “História feministas, história do possível”. **Labrys, Estudos feministas**. 2014. Disponível em <http://www.tanianavarrowswain.com.br/chapitres/brazil/historia%20poss%EDvel.htm>. Acesso em 19 out. 2018, às 11h10.

TAYLOR, Dianna. “Resisting the subject: a feminist-foucauldian approach to countering sexual violence”. **Foucault Studies**. Nº 16, set. 2013. Disponível em: <https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/4119>. Acesso em 19 out. 2018, às 19h18.

TELLES, Norma. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2012.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Artigo recebido em outubro de 2018. Aprovado em dezembro de 2018.